

Bom e Severo querem pagar mais

Brasília — Um deputado federal — como mostra o contracheque de novembro do líder do PT na Câmara, Djalma Bom (SP) — ganha Cr\$ 2 milhões 700 mil mensais. Isto é, pouco mais do que quatro salários mínimos.

Mas este é apenas o salário fixo — a única parcela dos ganhos dos parlamentares que o Imposto de Renda leva em conta. O resto — diárias pagas pelo comparecimento do deputado federal ou do senador às sessões do Congresso; ajuda de custo para que os parlamentares possam viajar de Brasília para seus Estados e vice-versa, ou ainda se locomover dentro de seus Estados; e mais a ajuda de custo para moradia — está isento de Imposto de Renda. É considerado salário variável.

Somando o salário fixo ao salário variável, um deputado federal chega a ganhar, segundo Djalma Bom, Cr\$ 22 milhões mensais. Mas paga de Imposto de Renda pouquíssimo. São 548 os parlamentares que gozam desta prerrogativa.

“Nós não temos a autoridade moral para aprovar um pacote fiscal que aumenta o Imposto de Renda — mesmo que só aumente o imposto dos mais ricos — se gozamos de prerrogativas, “afirmou ontem indignado o senador Severo Gomes (PMDB-SP), depois de comunicar que apresentaria uma emenda ao pacote do governo, que muda a situação.

A emenda é a mesma apresentada pelo deputado Djalma Bom ao pacote, quando ele foi votado pela Câmara na madrugada de ontem. A emenda do líder do PT foi rejeitada pelo relator do pacote, deputado Raymundo Asfora (PMDB-PB), num parecer vago, no qual ele diz que rejeitou todas as emendas que lhe pareceram “prejudicadas, inadequadas ou improcedentes.”

Tanto Djalma Bom, quanto Severo Gomes com as suas emendas querem acabar também com as prerrogativas dos militares e dos magistrados. O salários dos militares é composto Por 18 itens, dos quais dez são considerados indenização e, portanto, estão imunes a qualquer tributação. Já os magistrados ganham um salário básico, que é tributado, mas que é irrisório quando comparado aos adicionais pagos à guisa de “representação” e que chegam a atingir até 140% do salário.

“É difícil aprovar no Congresso uma emenda que acabe com as prerrogativas dos parlamentares”, afirmou ontem o senador Virgílio Távora. “Ninguém vota contra si. Por isso apresentarei uma emenda que estende as prerrogativas dos parlamentares, juízes e militares para todos os funcionários públicos.”